jogos, do mapa de pessoal do Instituto do Turismo de Portugal, I. P., aberto pelo Aviso n.º 12805/2015, publicado no *Diário da República*, n.º 215, 2.ª série de 3 de novembro, e após o exercício do direito de participação de interessados da fase admissão/exclusão, notificam-se os candidatos que as listas de excluídos e admitidos, se encontram afixadas nas instalações da Direção de Recursos Humanos do Instituto do Turismo de Portugal, I. P. sitas na Rua Ivone Silva, Lote 6, Edificio ARCIS — 11.º Piso, em Lisboa, bem como disponíveis na sua página eletrónica — http://www.turismodeportugal.pte do Serviço de Regulação e Inspeção de Jogos — http://www.srij.turismodeportugal.pt. Nos termos do n.º 5 do artigo 34.º, n.º 1 do artigo 43.º e artigo 44.º

Nos termos do n.º 5 do artigo 34.º, n.º 1 do artigo 43.º e artigo 44.º do Decreto-Lei n.º 204/1998, de 11 de julho, aos candidatos excluídos assiste a faculdade, caso o entendam, de interpor recurso hierárquico, a intentar junto da Comissão de Jogos, no prazo de oito dias contados da data da publicação do presente aviso no *Diário da República*.

Os candidatos admitidos serão oportunamente notificados do dia, hora e local para prestação de provas de conhecimento, através de Aviso no *Diário da República*, 2.ª série, de acordo com disposto no n.º 2 do artigo 35.º do artigo do Decreto-Lei n.º 204/98, de 11 de julho. Esta informação poderá, também, ser consultada nas páginas eletrónicas anteriormente referidas.

29 de fevereiro de 2016. — A Diretora Coordenadora da Direção de Recursos Humanos, *Elsa Cristina Pinto Barbosa Gomes da Cruz Deus Vieira*, por delegação de competências.

209395559

AMBIENTE

Gabinete da Secretária de Estado do Ordenamento do Território e da Conservação da Natureza

Despacho n.º 3295/2016

- 1 Ao abrigo do disposto na alínea *c*) do n.º 1 do artigo 3.º, nos n.º³ 1, 2 e 3 do artigo 11.º e no artigo 12.º do Decreto-Lei n.º 11/2012, de 20 de janeiro, designo, como adjunta do meu gabinete, para exercer funções da área da sua especialidade, a licenciada Ana Luísa Videira Gomes, técnica superior especialista em orçamento e finanças públicas da Direção-Geral do Tesouro e Finanças, com efeitos a 17 de dezembro de 2015.
- 2 Para efeitos do disposto no n.º 6 do artigo 13.º do referido decreto-lei, o estatuto remuneratório da designada é equivalente ao estabelecido para o cargo de adjunto.
- 3 Fica a designada autorizada a exercer funções na área de especialidade, nos termos e ao abrigo do disposto na alínea *b*) do n.º 3 do artigo 7.º do referido decreto-lei.
- 4— Para efeitos do disposto no artigo 12.º do mesmo decreto-lei, a nota curricular da designada é publicada em anexo ao presente despacho.
- 5 Publique-se no *Diário da República* e promova-se a respetiva publicitação na página eletrónica do Governo.
- 23 de fevereiro de 2016. A Secretária de Estado do Ordenamento do Território e da Conservação da Natureza, *Célia Maria Gomes de Oliveira Ramos*.

Nota curricular

Mestrado (MBA) com Especialização em Finanças (período curricular) pela Universidade Católica Portuguesa de Lisboa, 1996.

Licenciatura em Administração e Direção de Empresas pela Universidade Católica Portuguesa de Lisboa, 1991.

De 2011 a 2015, na Direção-Geral do Tesouro e das Finanças a desempenhar funções na Direção de Serviços das Participações do Estado.

Adjunta do Gabinete do Secretário de Estado do Tesouro e das Finanças do XVIII Governo Constitucional, em 2011.

Desempenho de funções na área do Património Imobiliário do Estado em 2010.

Técnica do Instituto Financeiro para o Desenvolvimento Regional, tendo desempenhado funções no Núcleo de Gestão Financeira, novembro de 2008 a dezembro 2009.

Técnica da Direção-Geral do Orçamento, tendo desempenhado funções na Direção de Serviços de Análise e Finanças Públicas, entre setembro de 2007 a outubro 2008.

Técnica da Direção-Geral do Tesouro e das Finanças, tendo desempenhado funções no Gabinete de Gestão de Tesouraria Central do Estado, 1999-2007.

Desempenho de funções na área da dívida pública, na Direção-Geral do Tesouro e das Finanças e posteriormente no Instituto de Gestão do Crédito Público entre 1991-1999.

Vogal do Conselho Fiscal da AdP — Águas de Portugal, SGPS, S. A. [2012/2014]

209381334

Despacho n.º 3296/2016

- 1 Ao abrigo do disposto na alínea c) do n.º 1 do artigo 3.º, nos n.ºs 1, 2 e 3 do artigo 11.º e no artigo 12.º do Decreto-Lei n.º 11/2012, de 20 de janeiro, designo, para exercer as funções de técnica especialista no meu gabinete, a mestre Ana Cristina Martins Roso, com efeitos a partir de 18 de janeiro de 2016.
- 2 Para efeitos do disposto no n.º 6 do artigo 13.º do referido decreto-lei, o estatuto remuneratório da designada é o de adjunto de gabinete.
- 3 Para efeitos do disposto no artigo 12.º do mesmo decreto-lei, a nota curricular da designada é publicada em anexo ao presente despacho.
- 4 Publique-se no *Diário da República* e promova-se a respetiva publicitação na página eletrónica do Governo.

25 de fevereiro de 2016. — A Secretária de Estado do Ordenamento do Território e da Conservação da Natureza, *Célia Maria Gomes de Oliveira Ramos*.

ANEXO

Nota curricular

Ana Cristina Martins Roso é licenciada em Direito; mestre em Direito Administrativo — na especialização de Direito do Ordenamento do Território e do Urbanismo —, e doutoranda na área do Direito Público na Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra.

Exerceu funções de bolseira de investigação de doutoramento na Fundação para a Ciência e Tecnologia; realizou estágio curricular na Administração da Universidade de Coimbra; para além de ter exercido funções docentes na área do Direito no Instituto Superior de Contabilidade e Administração de Coimbra e no Instituto Superior Bissaya Barreto em Coimbra. Foi ainda Consultora Jurídica Estagiária na Câmara Municipal de Alcobaça, e concluiu com sucesso estágio de advocacia em Coimbra.

209387759

Secretaria-Geral

Aviso n.º 2852/2016

Em cumprimento do disposto na alínea *b*) do n.º 1, do artigo 4.º da Lei n.º 35/2014, de 20 de junho, torna-se público que, na sequência de procedimento concursal para preenchimento de dois postos de trabalho na carreira e categoria de técnico superior, na Divisão de Gestão Financeira e Orçamental, aberto por aviso n.º 6959/2015, publicado no *Diário da República*, 2.º série, n.º 120, de 23 de junho de 2015, foi celebrado contrato de trabalho em funções públicas por tempo indeterminado, com as trabalhadoras abaixo identificadas.

Nome	Carreira	Posição remuneratória	Nível remuneratório	Data de produção de efeitos
	Técnica superior	Entre 2. ^a e 3. ^a 2. ^a	Entre 15 e 19 15	11-01-2016 01-01-2016